

POR UMA HISTÓRIA (CULTURAL) DA VELHICE¹

Alarcon Agra do Ó²

Apresentação

O objetivo deste texto é pensar coordenadas para uma possível história (cultural) da velhice, tomando como referência as reflexões apresentadas pela pesquisadora Caterina Lloret, no seu texto “As outras idades ou as idades do outro.”³ Mais do que simplesmente tentar estender, para a historiografia, as experimentações conceituais ali empreendidas, desejo acentuar no movimento desta comunicação alguns aspectos da discussão teórica que tenho empreendido nos limites do estudo que desenvolvo no momento atual. Pesquiso, no doutorado em história da UFPE, sob a orientação do Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, representações acerca da velhice produzidas no âmbito da literatura memorialística nordestina.

Ponto (belicoso) de partida

Creio ser interessante indicar, de início, algumas das referências a partir das quais penso a minha inserção no debate acerca da idéia mesma da possibilidade de uma história cultural.⁴ Penso a demarcação de campos, no interior do “campo” maior da história, como movimentos tensos, embates que implicam em tomadas de posição. Estas, por sua vez, produzem efeitos sobre as nossas representações acerca do vivido e, principalmente, impactam as nossas formas de ver, dizer e experimentar o presente. O saber historiográfico, assim, não me parece uma narrativa apenas decalcada de algum real, mas, sim, uma máquina de guerra constantemente acionada, pela qual, e graças à qual, nós, profissionais da história, intervimos de forma produtiva na construção que a nossa sociedade faz de si mesma. Penso que nossas escolhas (trabalhar desta ou daquela maneira, interagir com tais ou quais interlocutores, direcionar nosso olhar para este ou para aquele objeto etc.) não são gestos neutros, desprovidos do condão de intervir nas políticas de significação e de

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Cultural”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Assistente da Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

³ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In. LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez de. (orgs.) *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 13-23.

⁴ Cf. CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In. _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp. 65-119.

subjetivação em que nos enredamos, e nas quais enredamos outros (nossos leitores, nossos alunos).

Dicotomias

Como se sabe, uma das formas mais usuais de representar o debate historiográfico contemporâneo, principalmente no Brasil, para além de outras tantas possibilidades de segmentação, tem se dado a partir da consideração de uma dicotomia entre uma história “social” e uma história “cultural”.⁵ Há um certo consenso quanto à validade daquela cisão – o que se percebe até mesmo em algumas falas que dão conta do desejo de alguma aproximação entre as duas abordagens, o que trai não apenas a vontade de eventual superação de distâncias mas, a priori, o seu reconhecimento mesmo.

Não é de todo improvável que a construção desses dois territórios possíveis de experimentação dos prazeres da operação historiográfica, da forma um tanto antagônica a que me referi acima, esteja ligada aos modos pelos quais, no movimento mais miúdo de nossa prática profissional, recebemos a produção historiográfica produzida em outros centros. Nem sempre conseguimos antepor ao que vemos filtros que nos levem a pensar nos nossos objetos com a ajuda de olhares outros – e não raro somos tentados a pensar no que fazemos *a partir* de outras experiências. Com isso, é freqüente que os nossos diálogos com os *outros* que vamos constituindo em anos de estudo pareçam-nos mais intocáveis do que são, menos falíveis do que são. Não lhe reconhecemos tanto quanto deveríamos o quanto os saberes são humanos, demasiado humanos, como diria Nietzsche.

Quanto a isso, certamente vale a pena lembrar uma história já há muito contada, ao menos a título de exemplo. Como sabemos, apenas após a abertura política dos anos 1980 é que o Brasil pôde ensaiar, depois de anos de dificuldades de intercâmbio acadêmico até mesmo entre centros nacionais (e entre estes e a produção, por exemplo, européia), relações mais intensas e freqüentes em relação ao mundo científico internacional, notadamente no que dizia respeito às ciências humanas. E a face que oferecíamos ao diálogo com textos os mais variados que começávamos a ler, ou até mesmo a reler, era marcada por anos de silenciamento, pela exclusão dos quadros universitários de profissionais competentes e treinados, pela estreiteza dos debates dos anos anteriores, pelo desejo de pensar, enfim, o país nas múltiplas dimensões de seu tempo.

⁵ Cf. BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004; GUAZZELLI, Cesar A. B. et al. (orgs.) *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000; MALERBA, Jurandir. (org.) *A velha história*. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papyrus, 1996; PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003; MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

A historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990, então, foi marcada não somente pela sua expansão (sob a forma da revigoração de cursos de graduação e de pós-graduação, da invenção de novas pós-graduações, do incremento de publicações, da realização de eventos mais freqüentes e sistemáticos etc.), mas pelo desejo crescente da construção de alguma nova série de respostas para o que se percebia então como os maiores desafios do país (entre os quais a refundação do estado de direito, a incorporação nos territórios da cidadania de novos sujeitos sociais, a urgência em romper com algum “atraso” de nossos modelos de ciência etc.). Assim, o cenário historiográfico brasileiro daquela época viu a retomada, em alguns espaços, de referências já antigas mesmo entre nós, bem como a sua resignificação. E, por outro lado, viu a entrada no palco de novos personagens, de novos olhares, de novos modos de pensar a experiência histórica.

As possibilidades de combinação foram diversas, e em muito de experimentou fazer história a partir do acionamento de posições muitas vezes distantes, nos seus pontos iniciais de enunciação, em termos epistemológicos – mas que pareciam, entrelaçadas, capazes de algum sentido, no movimento de nossas próprias investigações. Tais aproximações, no entanto, com a sofisticação dos estudos e o seu aprofundamento, foram se mostrando paulatinamente inviáveis, e cederam espaço ao esforço de fecundações mais pontuais, mais centradas em possibilidades cada vez mais restritas de explicação.

Um exemplo clássico disso diz respeito ao caminho trilhado pelos textos de E. P. Thompson e M. Foucault entre os historiadores brasileiros. Aqueles dois autores, e toda a série de outros textos que acabaram por acompanhar cada um deles, foram em primeiro lugar objeto de aproximações muito intensas e, em seguida, objeto de uma cisão que por vezes parece irrecuperável. Se, num primeiro momento, aqueles dois conjuntos textuais pareciam capazes de um acolhimento, em seguida, experimentamos os riscos e as vantagens do seu afastamento. A partir de questões complexas (a formação mesma dos historiadores, a sua maior ou menor sensibilidade em relação a este ou àquele modo de compor problemas, a facilidade ou a dificuldade de acesso a fontes, pressões políticas – oriundas ora da militância em partidos, ora em grupos de “minorias” –, a própria sofisticação do campo historiográfico) o nosso ofício não encontrou dificuldades em pensar a si próprio como o território de experimentações distintas, não raro tendendo a antagonismos, criando uma polarização entre alguma historiografia *inspirada* em Thompson, e, outra, em Foucault.

A repercussão dessa querela acabou de muitas formas se travestindo, mais recentemente, no debate entre a história cultural e a história social. Isso se deu de forma a que, para dizer isso de uma forma genérica e certamente pouco justa, na atualidade não é de todo improvável que encontremos diversos estudos que se apropriam do pensamento de Thompson e se digam como ligados a uma certa história social, ou, no máximo, a uma

história cultural do social – enquanto que, outros, que se estabelecem em face a um diálogo com Foucault digam-se como ligados a uma história cultural.

Tais cisões acabaram, nos últimos anos, por se fortalecer, e por se matizar, especialmente face à entrada em cena de ainda novos personagens e novas tensões. Para não alongar uma lista que seria de todo modo inadequada nos limites desta comunicação, poderia se pensar no que tem implicado, no presente e tenso diálogo entre a história social e a história cultural, por exemplo: a publicação freqüente de estudos de Carlo Ginzburg, autor especialmente retomado no âmbito da história social como operador de conceitos e de modalidades de pesquisa e de análise; o crescimento, em alguns setores, do diálogo da historiografia com a crítica literária; a realização de encontros diversos que enfocam (ora isoladamente, ora umas se mesclando às outras) as obras de Michel Foucault, Friedrich Nietzsche e Gilles Deleuze; a “descoberta”, por meio da leitura de entrevistas e de textos dedicados à exploração de questões teóricas, dos caminhos nem sempre próximos trilhados por Roger Chartier e Robert Darnton etc.

Tudo isso gera efeitos. Prática de saber e de poder, a construção da historiografia atualiza em si debates que a excedem de algum modo, mas que acabam por ser legitimamente incorporados. A cisão entre os historiadores sociais e culturais, por exemplo, forjada após uma possibilidade inicial de unidade, hoje se mostra nos debates acadêmicos, sejam eles travados entre textos escritos, sejam eles característicos do dia a dia das instituições de ensino, de pesquisa, de extensão. Qualquer professor universitário sabe o quanto tais querelas implicam em zonas de sombra e de atrito, por exemplo, no momento de composição de bancas de seleção (para concursos, seleções ou para ingresso em programas de formação), ou quando do estabelecimento de políticas de financiamento do estudos etc. Há ainda que se fazer a história disso, no entanto...

Tais conflitos estão ligados, a meu ver, não apenas às relações que vemos ser mantidas entre os conjuntos básicos que em geral tomamos como sendo “o Brasil” e “o exterior” (e o caráter fetichizado que por vezes essas relações assumem), mas, também, às relações desiguais que se dão, no interior da nossa própria comunidade de historiadores, entre os profissionais ligados a centros de reconhecida produção (os que, de todo modo, são mais organizados institucionalmente, ou mais visíveis nos espaços de divulgação acadêmica, como nos eventos acadêmicos e nas prateleiras das livrarias, por exemplo), e os que atuam em zonas não tão visadas, ou os que não conseguem, ou não procuram, dar maior destaque aos seus experimentos. É possível perceber, com certa facilidade, que há um certo poder de sedução em trabalhar mais próximo a esta ou àquela abordagem historiográfica, na medida em que ela parece chancelada por algum lugar institucional (de poder e de saber) cuja imagem pública ressoa credibilidade, produtividade, eficiência. Esta também é uma história ainda por ser empreendida...

Acerca disso, certamente é fundamental lembrar o papel que tem representado na historiografia brasileira nos últimos anos o Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, CECULT, ligado à Unicamp – espaço não apenas de pesquisa e de formação de pesquisadores e professores mas, certamente, matriz de olhares ao mesmo tempo bastante próprios acerca do nosso ofício e intensamente disseminados pelo país.⁶ Os alunos que atravessam as rotinas formativas vivenciadas em meio às atividades do CECULT, por meio do seu exercício profissional posterior, têm funcionado como divulgadores dos olhares ali tomados como mais legítimos, e a marca daquela historiografia singular é hoje das mais relevantes na cena historiográfica brasileira. Para atestar isso, talvez fosse suficiente observar a produção historiográfica recente (seja em livros, seja em revistas, seja em textos apresentados em eventos acadêmicos), ou as orientações temáticas e mesmo a nível de procedimentos de pesquisa que caracterizam diversos programas de pós-graduação em história do país (em especial, vale a pena pensar nos programas da UFC e da UFBA), de muitas formas interlocutores da produção do CECULT, e de alguma maneira responsáveis pela expansão de suas linhas de atuação.

Evidentemente, quanto a esta referência às pós-graduações que se destacam por uma maior sintonia para com o CECULT, não penso tais aproximações a partir da idéia de um “imperialismo” historiográfico, ou de alguma subserviência. Muito ao contrário, os programas a que me referi são dotados de criatividade e apresentam notáveis índices de produtividade, sendo responsáveis por trabalhos da maior importância na cena historiográfica presente. No entanto, me interessa destacar o quanto eles compõem com o CECULT uma espécie de rede (muitas vezes formalizada em projetos de cooperação institucional), a qual potencializa olhares específicos, e os legitima ainda mais, neste movimento de estímulo constante à produção do conhecimento historiográfico (nos limites de um certo cânone).

Há uma outra margem?

Para além de tudo, interessa a esta comunicação, entretanto, discutir que a polarização entre história social e história cultural – em meio à qual se tecem tantos debates – pode ser percebida como apenas uma forma de descrever o cenário historiográfico. E, assim, ainda que não venha defender uma terceira via totalitária, que sintetizasse eventuais zonas contrárias daquelas duas posições em prol de alguma tranqüilidade epistemológica, desejo insistir na idéia de que é legítimo pensar que entre a história social e a história cultural há mais e menos coisas do que imaginamos. Há mais coisas, se as tomarmos como pontos congelados da operação historiográfica, zonas mortas imóveis, repetição plena de algo que

⁶ Cf. <http://www.unicamp.br/cecult/>.

se perdeu no tempo. E há menos coisas, se as pensarmos como agenciamentos instáveis, plenos de uma historicidade que cumpre vislumbrar – e, por conseguinte, como termos pensáveis, como modos de ação que podem, e devem, ser objetos de deslocamentos. Talvez, até mesmo, pudéssemos pensar para além daquela dicotomia, levando o problema da teorização sobre os grandes contornos de nossa disciplina para um outro ponto do território. Poderíamos, aí, pensar não mais em termos do que antecede à construção do saber histórico (se a sociedade antecede à cultura, ou se as práticas culturais é que investem de sentido a dinâmica social), mas na idéia de que vemos sociedade e cultura a partir dos filtros de que dispomos a partir da nossa própria experiência, da nossa própria historicidade.

Uma posição, acerca disso, que creio ser merecedora de atenção vem sendo acionada por Durval Muniz de Albuquerque Júnior.⁷ De acordo com este historiador, o debate entre a história social e a história cultural deveria ser colocado em outras bases, que não as da oposição pura e simples entre suas modalidades de operacionalização. Aquela oposição, diz Albuquerque Júnior, apenas repõe em cena um debate que, de muitas maneiras, encontra-se esgotado, pela artificialidade que acabou demonstrando com o passar do tempo, mediante a sofisticação epistemológica recente.

Deveria, para tanto, ser levado em consideração um deslocamento singular a que têm se exposto tanto historiadores ambientados numa ou noutra ponta daquela divisão do campo e que, aliás, atravessa toda a discussão contemporânea acerca da produção disso a que aprendemos a nomear, modernamente, como “arte” e/ou como “ciência”. Este deslocamento está ligado à crescente compreensão, por parte de pensadores oriundos dos mais variados campos do saber, de que isso a que chamamos de realidade é, enfim, uma construção social.

Não mais pensada como uma dimensão perdida do caminho do homem na terra, a ser recuperada mediante o adequado uso das ferramentas conceituais sobre conjuntos de fontes determinadas a priori como mais significativas para a recuperação de certas histórias; não mais pensada como algo que se dá num plano inacessível ao olhar humano, sendo capturada apenas nas malhas da linguagem, e pelas malhas da linguagem, a realidade, diz Durval Muniz de Albuquerque Júnior, mudou de estatuto ao longo do século XX. E, talvez, essa mudança venha se dando de muitas formas há mais tempo, desde, pelo menos as grandes rupturas do século XIX e do início do século XX (Marx, Nietzsche, Freud, Einstein, Arte Moderna).

A realidade sendo pensada como algo que se dá ao pensamento tanto enquanto empiria efetivamente sensível – estamos aqui e não ali, trabalhamos com vestígios que são dotados

⁷ Entre outros textos, vale esperar pela publicação de: ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. dat., 2006.

de alguma existência material e, aliás, aprimoramos ao longo de séculos equipamentos cada vez mais eficientes de manejo e de avaliação das fontes – mas, além disso, como drama que se dá, também, em meio aos jogos pelos quais nomeamos e classificamos algo como dela fazendo parte, ela parece enfim o objeto de uma história que recusa dicotomias, talvez úteis no passado, mas já inoperantes no presente.

Para além dessa referência à dicotomia entre história social e história cultural, Albuquerque Jr. sugere que os historiadores deveriam se aproximar de certos experimentos literários, nos quais os jogos entre a realidade e a representação parecem se compor um tanto distantes das bipolarizações, talvez ainda kantianas, a que se fez menção acima. O encontro com a literatura poderia informar aos historiadores a possibilidade de um exercício de pesquisa e de escrita cuja maior preocupação fosse a de pensar que o que deveria interessar à história seria o acontecimento, o devir, o instante em que algo se rompe e emerge o novo. O momento em que as formas habituais de ordenamento do mundo se mostram insuficientes, e a força mesma da inventividade dos sujeitos irrompe e faz com que outras formas de existir sejam ensaiadas.

Talvez fosse importante pensar a linguagem como a nossa possibilidade de enfrentamento do real, que é trágico, e pensar a história não como um saber que se dá tomando como ponto de partida uma experiência que antecede à linguagem, ou a linguagem que dá sentido à experiência – mas, sim, como uma prática social e significativa que se dá em todos os planos, e faz com que todos, em algum momento, se atravessem. Pensar a história como articulação instável de possibilidades, e não como determinação incessante de campos interditados.

O que seria pensar uma história da velhice, tomando tais discussões como pontos de partida?

Atualidade, idades, historicidade

Ora, uma primeira dimensão para uma eventual história da velhice deveria ser, creio, o apelo à consideração da atualidade.

Nietzsche, aliás, na sua consideração extemporânea acerca da história, já apontava para a idéia de que ao historiador cabe pensar a partir de seu instante, parindo do seu próprio tempo uma questão.⁸ Uma forma de fazer isso certamente seria praticar, em primeiro lugar, o exame do tempo presente – do tempo que nos trama, do tempo com o qual nos identificamos mais imediatamente, do tempo do qual não podemos, sem a muleta da morte,

⁸ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Cf. HARA, Tony. *Saber noturno*. Uma antologia de vidas errantes. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em História, 2004.

fugir. Deste exame, diria por sua vez Foucault, emergiriam problemas de pesquisa, a partir dos quais se organizariam buscas, coletas, explorações, escritas.⁹

Os historiadores deveriam assim inquietar-se com o seu tempo, e até mesmo contra o seu tempo, recusando ligá-lo de forma mecânica a algum passado, pensando (logo, criando) explicações não lineares para as relações entre o vivido, o vivendo-se e o por viver. Deveriam aprender a submeter à prova da vida (ou seja, do fortalecimento do seu tempo e da sua existência) o gesto que separa o que deve ser lembrado do que deve ser esquecido. Do contrário, eles apenas repetiriam algo supostamente vivido, saturando o mundo de informações inúteis – enfraquecendo a vida, enfim.

Ora, ao fazer com que o espaço da emergência da pergunta historiográfica seja demarcado como o tempo presente, Nietzsche e Foucault incitam a pensar que, ao fim e ao cabo do gesto do historiador, o que está em questão é, de muitas formas, o seu instante singular. O saber da história, assim, passa por ser uma forma de descrever o mundo (o vivido) de sorte a que suas enunciações contribuam não para um maior ou melhor conhecimento do que houve – nas, sim, que ele possa ser concebido como uma forma de vincular passado e presente, com o objetivo de transformar o que se sabe sobre o momento atual.¹⁰

Sobre isso, há que se pensar sobre o que foi colocado por Hayden White, enlaçando a teorização sobre a construção do saber (e do texto) histórico com questões éticas e políticas:

O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino.¹¹

A seara do historiador pode ser então demarcada, portanto, como a investigação daquilo que, por contraste ou por aproximação, permite aos sujeitos do contemporâneo algum estranhamento acerca de si – alguma inquietação quanto às escolhas e às práticas enfim tidas e havidas como comuns ao presente.

Não que o interesse por outras épocas e por outras experiências seja desprovido de um valor que se poderia dizer intrínseco; ainda não estamos no puro reino do utilitarismo, quando, num pleno desespero e num vertiginoso desprezo pelo prazer, os homens desejariam saber apenas para que algo se agregasse, como valor de troca, em sua vida. Mas, certamente, aquela possibilidade aberta por Nietzsche e retomada por Foucault está

⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. In: _____. *Ditos e Escritos IV*. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 323-334. Há uma instigante descrição da obra de Foucault como uma “ontologia do presente” em: VAZ, Paulo. *Um pensamento infame*. História e liberdade em Michel Foucault. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992

¹⁰ Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da história*. O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

¹¹ WHITE, Hayden. O fardo da história. In: _____. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 39-63, cit. p. 63.

implicada na configuração do olhar do historiador como um dispositivo cortante, dedicado a, estrategicamente, rasgar o mundo, separando o que fortalece a vida daquilo que a mutila.¹²

O presente, então, é tanto o lugar de onde partem as questões, quanto o lugar sobre o qual são lançadas as respostas. O instante em que formulamos nossos objetos, assim, acaba sendo por definição o instante sobre o qual pensamos, e do qual fazemos a história.

No movimento do meu estudo, tentei seguir tais lições, observando, inicialmente, isso a que chamamos de atualidade. E o gesto inaugural, o movimento do corpo em direção ao pensamento, a atitude que estilhaça o mundo mais imediatamente ao redor, partejou uma surpresa: destacou-se uma dimensão do agora que, exploradas nos limites do meu estudo, me pareceu não apenas como dotadas de grande interesse historiográfico, quanto motivadora de intensa satisfação intelectual. Trata-se da inquietação em relação à experiência das idades que permite a constituição do campo da velhice.

Ora, no presente, a cada um de nós é cobrada uma autenticidade fluida, como se o paradoxo fosse aquilo que pudesse dar alguma densidade ao vivido, e ao por viver. O ser dos sujeitos é chamado a montar-se como caleidoscópio, como bricolagem, como maquinaria flexível e aberta a novas conexões – mas, em paralelo a isso, abundam regimes de contenção, barreiras, embotamento das correntes.

Na nossa busca desenfreada por sabermos, enfim, o que somos (ou, pelo menos, do que somos feitos, se do pó da terra ou de partículas travestidas, sob nossos olhos, em signos informatizados), é no corpo que depositamos todas as nossas esperanças. É recusando-o, ou afirmando-o à máxima potência, que enfim nos sentimos seguros. Investimos, então por sobre o corpo, nomeando-o minuciosamente, classificando-o com precisão, pensando suas possibilidades e seus limites com afinco.¹³

Essa obsessão do nosso tempo pela carne e, mais, pela pele de que somos formados, e que nos individualiza de alguma forma, atinge, enfim, o corpo que se permite descrever como velho de forma intensa. Ele é, assim, recortado, isolado de corporeidades outras, ao mesmo tempo em que é lançado num mar revoltado em que seu abismo é a morte e seu penhasco é a busca desenfreada por uma juventude necessária.¹⁴

Há, na verdade, um jogo de espelhos no qual se aprisiona o corpo que se nomeia como velho, colocando-o frente a imagens nas quais ele pode se fundir ou das quais ele pode

¹² Como se pode imaginar, haverá quem veja na problematização historiográfica do tempo presente um maior risco em relação à objetividade do historiador. Isso pode ser atenuado mediante a referência a uma questão já explorada, entre outros, por Michel de Certeau: na epistemologia contemporânea, objetividade remete a critérios de construção do problema, do corpus e da análise, além da narrativa, e não a maior ou menor distância entre o pesquisador e o pesquisado. A essa geografia do saber foi anteposta uma erótica do saber, que se deixa definir mais pela intensidade dos encontros entre quem conhece e quem é conhecido (os quais se mesclam, em muitos sentidos, no movimento de uma pesquisa) do que pela higienização dos seus contatos. Cf. CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*.

¹³ Cf. ROLNIK, Suely. *Toxicômanos da identidade. Subjetividade em tempo de globalização*. In: LINS, Daniel. (org.) *Cultura e subjetividade*. Saberes nômades. Campinas, SP: Papirus, 1997, pp. 19-24.

¹⁴ Cf. BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice na contemporaneidade*. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13-23.

escapar. Há, nesse espelhamento bizarro, a criança, que ele não é mais há tempos, mas que pode ainda estar habitando o seu ser como utopia ou distopia (há o velho que brinca, que é jovial, mas há o velho infantilizado pela demência, ou pela exclusão); há o adulto, que ele também não é mais, mas que pode ainda ser atualizado na sua trajetória (há o velho que disfarça sua idade com o auxílio da medicina ou da cosmética, ou de ambas, mas há também o velho a quem não se permite o ócio, e pesa sobre ele a condenação de um trabalho que não tem fim); há o corpo morto, indesejado, margem ulterior de qualquer sonho (há o velho que morre em vida, sepultado no esquecimento de si ou dos outros, mas há o velho morto, aquele que pode ser cada um e é eventualmente o amigo, o companheiro, o amante, a instauração de uma falta que incendeia ainda mais a solidão que, dizem, é atributo de quem vive muito e vê os enterros dos seus contemporâneos).

Esta seria, enfim, uma das faces do tempo presente: a problematização intensa das relações entre as idades e o ser dos sujeitos, em especial no que diz respeito às vidas mais longas. O nosso tempo, este em que vivemos, é, por um lado, um tempo de acolhimento da força e do vigor dos jovens – e, por outro lado, é um tempo de inquietude diante daquilo que é tramado como o outro mais perigoso do desejo corrente: a velhice.¹⁵

Dá-se, nos dias do presente, inclusive, não apenas a delimitação da velhice como sendo uma das preocupações mais significativas dos sujeitos sociais, como, além disso, a sua multiplicação. Mais e mais espaços e práticas sociais são colonizados pela problematização do envelhecimento. Estamos, é o que creio, mergulhados numa época que pensa a si mesma – e encena a si mesma, em seus filmes, sua literatura, sua ciência – como marcada pela presença intransponível do velho e da velhice. As pessoas, assim, se distribuem pelo mundo em função de sua idade, a velhice sendo cada vez mais uma dimensão das mais relevantes do horizonte de possibilidades do ser.

Ou somos velhos, ou fugimos da velhice, em suma: a experimentação das marcas do envelhecimento estabelece jogos de pertencimento e de alheamento entre os sujeitos sociais. Ela serve como um elemento organizador dos posicionamentos que, enfim, dizem quem somos, o que somos.

Se, conforme pensa Gaston Bachelard, o espaço em que vivemos é demarcado pelos sentidos que nós atribuímos (historicamente) a ele, povoando-o de fantasmas e fantasias, certamente uma das construções imagéticas mais intensamente produtoras de sentido, no presente, diz respeito à velhice. Ela, a velhice, é uma das fronteiras do ser, uma das mais palpáveis possibilidades de existência – sendo, acima de tudo, a cristalização de um estado

¹⁵ Cf. SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

paradoxalmente desejado (só não envelhece quem morre) e recusado (todos queremos uma eterna juventude).¹⁶

Cada uma dessas enunciações, dessas práticas históricas, contribui, ao seu modo, para dar visibilidade e dizibilidade a uma certa velhice, compondo para ela um rosto e uma possibilidade de existência, o que cabe analisar.

Com isso chegamos a um ponto importante para o presente estudo: a emergência da idéia de que a idade do sujeito de algum modo delimita seu ser, sua identidade. Cabe tratar disso, em especial explorando as práticas históricas pelas quais algum sentido é condensado nas figuras então nomeadas como próprias da velhice.

A velhice, enfim, é como o cachimbo de Magritte. Ela não está lá, onde esperamos que ela esteja. Ela está, apenas, no entremeio, no jogo das palavras e das ações dos homens e mulheres que a dizem e a inventam, no seu cotidiano e na sua história. Assim, não cabe ao pesquisador descobrir o que está havendo, mas, sim, descrever o que está sendo dito, e feito.¹⁷ Parto disso, para trazer para o meu texto pronúncias outras, que emprestam novos contornos, novos sentidos, a tudo o que disse até aqui. E que, certamente, em muito me auxiliarão no que ainda tenho que dizer, no movimento mais amplo da minha pesquisa.

O que pretendo dar à leitura, no texto que se segue, são idéias capturadas na mencionada escrita de Caterina Lloret, acreditando na possibilidade de pensar aquelas contribuições como referências possíveis para uma atribuição de historicidade à velhice.

Idades, alteridade, historicidade

O texto a que me refiro daqui em diante foi produzido no âmbito de uma discussão acerca da alteridade na sociedade contemporânea. O debate reuniu diversos profissionais, de áreas bastante variadas (psicólogos, psiquiatras, filósofos, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais e pedagogos), e teve como referência o campo dos estudos culturais, notadamente os que se deixam impressionar pelo pensamento de Michel Foucault. No texto aqui trabalhado, a autora põe em cena a sua experiência de trabalho com a formação de educadores e com a reflexão acerca da saúde mental.

Lloret inicia sua problematização com um impasse: nós devemos pensar em nós mesmos (e no outro) como alguém que “tem” uma idade ou que “é de” uma idade? Um ou outro verbo sendo utilizado na frase, e o sentido que atribuímos àquele questionamento sofre um deslocamento, diz a autora. Ora, se temos uma idade, os anos que vivemos nos pertencem, tanto quanto, espera-se, os que ainda nos esperam pela frente. Eles me definem, de uma

¹⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In. _____. *Ditos e Escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 411-422.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. In. _____. *Ditos & escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp. 247-263.

certa maneira, mas pela posse que eu exerço sobre eles. E, mais, os outros, com os quais convivemos (e em quem encontramos a diferença que nos permite a individualização e a diferenciação que nos isola e nos autonomiza), também possuem os seus anos, a sua idade.¹⁸

No entanto, não é de todo estranho que o sujeito seja descrito como alguém que é de uma determinada idade; como “uma mulher ou um homem *de* 40 ou 50 anos, um velho ou uma velha *de* 80 ou que ainda era um menino ou uma menina *de* 7 anos.” E a diferença que se explicita na linguagem, pelo *de* tão pequeno mas tão significativo que se insinua por entre as palavras, é uma diferença demasiado substancial. Ora, ser de uma idade é radicalmente diferente de ter uma idade – quando não mais, porque nesta nova possibilidade o sujeito deixa de possuir os anos vividos (ou por viver) e torna-se sua propriedade: “os anos nos tinham e iam inscrevendo-nos em grupos determinados de idade.”¹⁹

Segundo Lloret, há naquelas duas posições, e no hiato aberto entre elas, algo a pensar. Afinal, elas cristalizam duas formas antagônicas de demarcação do laço entre a experiência de vida e a sua transformação em algum registro e, daí, configuram imagens que não se correspondem completamente, no que diz respeito às formulações que construímos ou fazemos circular acerca de nós mesmos. E, o que parece ainda mais dramático, a enunciação da segunda possibilidade desloca até mesmo os sentidos que talvez já estivessem consolidados na nossa experiência face à primeira formulação. Pensar que somos de uma idade, diz Lloret, embaça a compreensão de que possuímos a idade – empurrando o condão da tessitura de nós mesmos para o espaço externo, para o fora de nós mesmos.²⁰

Ora, se os anos nos têm, eles é que definem quem somos – nos limites, construídos historicamente, de interferência das idades na construção subjetiva. Se o sujeito em análise é tramado numa circunstância tal em que a idade é um marcador eficiente nos sistemas de nomeação, classificação e hierarquização, é grande a autoridade dos anos, ou seja, das potências exteriores ao próprio sujeito, na demarcação dos seus territórios existenciais. Na medida em que os anos não são mais nossos, ou seja, na medida em que a nossa idade não é mais contada em função do que acumulamos – mas, ao contrário, num contexto em que somos lançados para dentro de classes de idades que nos possuem, nos cercam e nos controlam, o que se dá aí é uma subjetivação mediada pela experiência do seqüestro. Seremos, daí em diante, o que os anos quiserem – ou, para dizer isso de uma outra forma,

¹⁸ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 13.

¹⁹ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 13-14.

²⁰ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 14.

seremos, daí em diante, o que for assentado como conveniente, na nossa inscrição histórica, ao pertencimento a esta ou àquela idade.²¹

Quando o devir dos sujeitos é observado deste ângulo, diz Lloret, a existência dos sujeitos se torna algo mais ou menos decalcado de esquemas de pertencimento a “grupos de idade” que acolhem ou barram “determinadas práticas cotidianas” e “certas possibilidades sociais”. Ser desta ou daquela idade implica, desde aí, na possibilidade de execução, apenas, das performances sociais aceitas como características daquela idade. Nada mais, nada menos. Viver será, aí, cumprir o roteiro previamente associado a lugares etários, numa geografia de anos no mínimo rígida.

No itinerário de nossa vida, vemo-nos impelidos a fazer escala, a buscar parada e hospedagem em umas estações instituídas, a atravessar algumas fronteiras mais ou menos delimitadas ou ritualizadas que, sobre a base de um ciclo biológico ou evolutivo, nos oferecem uma ordenada configuração psicossocial para enfrentar a desordem da vida e da morte.²²

Tal figura das idades é ancorada, diz Lloret, na idéia de que “a vida e a morte podem provocar a angústia do caos e a desordem”, aos homens cabendo a invenção de mecanismos para controlar tais desequilíbrios. A desordem e o caos são ali tomados como elementos nocivos por definição, compondo um quadro ameaçador que “está à espreita fora das coordenadas de um espaço e de um tempo socialmente estabelecidos para contê-la.” As idades funcionam, nesta conjuntura, portanto, como um elemento que reforça os controles que se exercem por sobre os sujeitos, conforme exemplifica Lloret:

(...) há razões para não pretender tornar-se adulto muito depressa (sobretudo se os trabalhos e as moradias s tornam escassos), nem procurar prematuramente a aposentadoria (precisa-se de homens e de mulheres produtivos), como tampouco fica bem morrer muito depressa, já que há responsabilidades a cumprir, nem demasiadamente tarde, já que constituímos uma carga social...²³

Com tudo isso, Lloret ambiciona colocar em questão a idéia de que quando o sujeito se coloca num certo grupo etário, ou quando ele é colocado em alguma faixa etária, ele é capturado numa rede de relações de poder e de saber, articulada “de forma mais ou menos contraditória”. De cada lado do espectro daquelas relações são emanadas mensagens para o sujeito, todas elas em maior ou menor grau interferindo nos modos pelos quais ele compõe a si mesmo. Fundamentalmente, e isso deve ser acentuado no meu estudo, Lloret acena com a idéia de que cada um daqueles modos de relação do sujeito com as idades implica na construção de relações dele com a experiência temporal – e cada um deles,

²¹ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 14.

²² LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 14.

²³ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 14-15.

assim, está relacionado a certas práticas sociais, a certos comportamentos, os quais são vividos socialmente. O indivíduo joga consigo e com a relação que mantém com o espaço de alteridade que o emoldura e o singulariza, ao se vincular, de qualquer forma (possuindo os anos ou sendo possuído por eles), a grupos etários. Há, no movimento de constituição subjetiva mediado pelas idades, uma apropriação do tempo do sujeito pelo outro, enfim. Cada idade, para ser efetivamente vivida, diz Lloret, se faz enquanto uma dobra do sujeito por sobre si mesmo, mas uma dobra que encontra sua razão de seu num gesto que de alguma maneira antecede ao sujeito, lhe captura desde o seu exterior, e lhe dão coordenadas para a vida.²⁴

Não se trata só de um conceito, de uma vivência ou de uma disposição social avaliada cultural ou cientificamente e aplicada para uma *melhor* ordem e controle das populações. Constitui uma aprendizagem prática e cotidiana o fato de que nossa idade e a idade dos outros é também outra idade que foi dada a nós e a eles. Pertencer a um grupo de idade significa ter que adequar-se a uma normativa bastante precisa: em cada idade, podemos ou não podemos fazer, devemos (como se viver fosse uma dívida) fazer uma série de coisas e, sobretudo, temos de levar muito em conta os possíveis desvios com relação aos modelos socialmente sancionados. Isto bem que poderia denominar-se viver de modo precário.²⁵

As crianças, diz Lloret, se ajustam às escolas, e aos seus ritos. Os jovens e adultos encontram na idade a lógica a partir da qual construirão suas carreiras. A cada instante a vida atualiza “a preocupação de nossa normalidade ou do desvio com relação a ela”, no que diz respeito à correspondência esperada (face aos códigos culturais do nosso instante histórico) entre nós e a idade que temos, ou que nos tem. A idade é uma moeda de troca no jogo das relações simbólicas, e das mais valiosas: as pessoas julgam a si e aos outros em função do que cada um aparenta ser, ou ter, em matéria de anos vividos. Obedecer aos códigos implica no direito às vantagens que daí decorrem; romper os códigos implica, por sua vez, em riscos, o menor deles não sendo o do risível, o da incapacidade de se pagar o preço.²⁶

Neste ponto do texto, já tendo introduzido algumas das suas questões mais significativas, Lloret parte em busca de uma crítica às formas pelas quais a sociabilidade contemporânea, num diálogo consigo mas também com referências capturadas naquilo que a autora chama de “memória coletiva”. O que ela afirma é que, no presente, no âmbito de uma experiência social que pensa projetar sua imagem mais fiel numa “propaganda da igualdade de direitos e da oferta de oportunidades para todos os grupos”, há na verdade apenas um “suposto respeito às diferenças”, o qual “não pode ocultar, no entanto, a disposição hierárquica destes grupos”. Ao contrário do que quer fazer crer certa dizibilidade igualitária, diz Lloret, o

²⁴ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 15.

²⁵ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 15.

²⁶ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 15-16.

mundo contemporâneo não apenas experiencia, ainda, hierarquias antigas, como as que separam homens de mulheres, jovens de velhos, brancos de negros, como, por outro lado, inventa “novas categorizações formuladas a partir das políticas gerenciais, do saber científico técnico, da manipulação dos meios de comunicação e das respostas dos mesmos grupos assim configurados.”²⁷

Por exemplo, diz Lloret, insistimos numa reprodução da trajetória dos homens que repete o desenho de uma curva que se lança do solo ao espaço, e depois volta ao chão, o menino sendo o ponto de partida, o homem adulto o seu ápice e o velho sendo associado à queda final:

Evidentemente, a postura ereta e a maior estatura do homem adulto configuram a imagem do modelo a alcançar em uma etapa ou ápice de máxima potência; precede-a outra que indica um presente reduzido, porém, numa direção de crescimento; segue-lhe a figura declinante do velho que parece anunciar o ocaso. Esta disposição não só marca uma metáfora existencial ou uma análoga referência aos ciclos da natureza, mas recolhe a diferenciação distribuída em três grupos de idade hierarquizados em termos de atributos e possibilidades sociais, atributos e possibilidades que a criança ainda não tem e o velho já não possui.²⁸

O velho, diz Lloret, não é mais ou menos normal que o adulto: é normal de uma outra forma. Sua normalidade deriva justamente do fato que é esperado que ele fuja da regra, que ele se distancie do padrão. O normal, portanto, é a sua anormalidade, a sua viagem sem volta para os confins da existência. Crianças e velhos são assim infantilizados, no sentido de que as práticas que para eles se voltam, não raro, os tomam como incapazes de decidir, ou mesmo de entender uma linguagem adulta padrão, o que reforça sua imagem de tutelados, de inferiores. Ainda há a possibilidade de se agregar mais um elemento, se o olhar se detiver por sobre a mulher velha. A esta só será dado o direito ao controle masculino, sob pena da pecha de algo fora do controle. A mulher velha, deixada ao sabor do seu desejo, assusta os homens, diz Lloret.²⁹

O que ela pretende com todas estes argumentos, segundo suas próprias palavras, é destacar “a imagem de redução que precede e que segue a idade adulta e os atributos de carência, ganho e perda que configuram sucessivamente os grupos de idade.” As identidades, diz Lloret, são tramadas na nossa experiência histórica mais imediata, em meio à consideração da idade dos sujeitos e, mais, da consideração de que a vida, efetivamente, se divide em etapas, cada uma delas dotada de sua singularidade. O que se pode, ou o que se deve ser, é em muito uma função da quantidade de anos vividos. Assim, voltando à primeira questão discutida, na história presente os anos possuem os sujeitos, invadem seu

²⁷ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 17.

²⁸ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 18.

²⁹ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 18-19.

corpo, colonizam sua alma. Dizem quem eles são, e o que podem fazer. E acenam com a punição às transgressões, como se poderia esperar.³⁰

Na última parte do seu texto, de forma breve, Lloret aponta para a idéia de que o tempo, na sociedade contemporânea, é vivido pelos sujeitos como a sua idade – e que isso é, no mais das vezes, um verdadeiro cárcere. Ela, no entanto, indica que esta não é a única possibilidade em ação: ao contrário, os sujeitos sociais, no âmbito das relações que constroem (e, nas quais, são construídos), podem se apropriar destes códigos de fora criativa, dando ao tempo vivido outros sentidos. Os sujeitos podem vir a perceber nas idades uma identidade outorgada, frente à qual cabe o diálogo, não a aceitação pura e simples. Para tanto, diz ela, faz-se necessária a prática do pensamento e a da ação, interligadas:

Porque, se não queremos viver sob a máscara do tempo imposto a mim e aos outros, mas queremos, com o próprio tempo vivido em mim e na alteridade dos demais, viver o tempo que temos e o que nos tem, é preciso desvelar como se articulam as imagens impostas a partir da memória coletiva, do imaginário social ou do costume. Não é só isso, porém; também há que avaliar como as práticas quotidianas reforçam estas imagens ou as recriam e desvelar o modo em que certos estudos sociais ou psicossociais, certos interesses econômicos e políticos – sem esquecer as razões legislativas e gerenciais na classificação ou ordenação das populações – as conformam e as determinam.³¹

Conclusões precárias

Não obstante sempre ter sido representado, na história do Ocidente, que a existência humana atravessa diferentes momentos no seu percurso – isto é, sempre se soube que as individualidades nascem, crescem, amadurecem e morrem –, a transformação dessa inevitável seqüência empírica numa ordem necessária, fundada biologicamente, foi uma invenção recente da história ocidental. Essa invenção se realizou na passagem do século XVIII para o XIX.³²

Ao longo desses últimos duzentos anos, pelo menos desde os momentos finais do século XVIII, as idades se tornaram no Ocidente marcadores eficientes de nomeação, classificação e hierarquização dos sujeitos sociais. Os historiadores já se debruçaram sobre esta questão, já havendo uma história das idades, ou seja, uma série de investigações acerca das formas pelas quais as sociedades organizam a si mesmas a partir da consideração da idade dos sujeitos como elemento identificador, diferenciador, hierarquizador. No entanto, uma busca por livros, artigos ou trabalhos acadêmicos nos informa imediatamente que boa parte da atenção dispensada a este novo continente de objetos de estudo é direcionada para a infância e, quando muito, à juventude. É notavelmente pequena a atenção dada a outros recortes etários, o que é ainda mais impressionante quando se pensa na velhice. Pode-se

³⁰ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 19-20.

³¹ LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro, p. 23.

³² BIRMAN, Joel. O futuro de todos nós. Temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In. _____. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 191-209, cit. p. 192.

dizer, sem medo de algum exagero ou injustiça, que campo da história da velhice, pelo menos no Brasil, ainda está por ser demarcado, e explorado.

Pensando um pouco para além das diferenças entre estes estudos, e focando a atenção em algumas das possibilidades investigativas abertas por eles, algo que chama a atenção é a legitimação de um olhar histórico que se dedique a pensar as idades como construções sociais, como experiências historicamente tecidas. O que se pode aprender com aquela historiografia, enfim, é que as idades são o que quisermos – mas não serão, jamais, obviedades, ou elementos naturais, desprovidos de historicidade. A elas isto está impedido; é o seu interdito. As idades, é esta a primeira consideração a ser oferecida à leitura, são tomadas aqui como apenas modos de dizermos (a nós mesmos, aos outros) o que julgamos que somos, em circunstâncias singulares. Elas são modos, historicamente tecidos e experimentados, de explicação da nossa existência, acionados junto a outros, a seu favor ou não.

Como se viu, Caterina Lloret pôs-se a discutir o papel das idades na construção de identidades e alteridades. Menos do que uma história da velhice, ela oferece uma série de reflexões acerca de possibilidades de representação (e de experimentação) das idades, notadamente da velhice, na sociedade contemporânea. Com isso, ela oferece ao historiador uma espécie de lastro de atualidade, a partir do qual ele pode pensar o que constrói, na sua pesquisa, como sendo o passado. Mas ela oferece, transversalmente, uma espécie de agenda de pesquisa, que poderia ser colocada em cena em outros instantes históricos que não, especificamente, os da nossa atualidade mais imediata: o que seria pensar, por exemplo, como venho tentando, a construção histórica dos sentidos para a velhice no instante em que se inventava a região Nordeste do Brasil?

É a isto que tenho me dedicado, e espero em breve ter resultados mais precisos acerca do poder de fecundação de tais idéias no movimento de uma “operação historiográfica”. Por ora, desejaria adiantar apenas que as idéias de Lloret, principalmente na medida em que recusam, conforme acenei acima, uma série de dicotomias fáceis entre mundos reais e mundos da linguagem, pensando nos seus entrelaçamentos e na sua constituição recíproca na história, vêm sendo muito úteis na minha investigação, na medida em que, a partir daí, tenho pensado minhas fontes não apenas como representações platônicas de uma velhice qualquer mas, ao contrário disso, elas tem se mostrado aos meus olhos como dispositivos ao mesmo tempo socialmente referidos (seus “autores” têm uma história a qual não devo me isentar de considerar) e culturalmente inventivos (os textos elaboram o mundo vivido, e lhe emprestam outros sentidos, que se materializam em si mesmos e em incontáveis práticas históricas).

Referências

SITE:

<http://www.unicamp.br/cecult/>

TEXTOS:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. Dat., 2006.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice na contemporaneidade. In. PEIXOTO, Clarice Ehlers. (org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 13-23.

BIRMAN, Joel. O futuro de todos nós. Temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In. _____. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 191-209, cit. p. 192.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In. _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp. 65-119.

FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. In. _____. *Ditos e Escritos IV*. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 323-334.

_____. Isto não é um cachimbo. In. _____. *Ditos & escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp. 247-263.

_____. Outros espaços. In. _____. *Ditos e Escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 411-422.

GUZZELLI, Cesar A. B. et al. (orgs.) *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HARA, Tony. *Saber noturno*. Uma antologia de vidas errantes. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em História, 2004.

LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In. LARROSA, Jorge & LARA, Nuria Pérez de. (orgs.) *Imagens do outro*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 13-23.

MALERBA, Jurandir. (org.) *A velha história*. Teoria, método e historiografia. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

MORAES, José Geraldo Vinci & REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatay. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos da identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In. LINS, Daniel. (org.) *Cultura e subjetividade*. Saberes nômades. Campinas, SP: Papyrus, 1997, pp. 19-24.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem*: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

VAZ, Paulo. *Um pensamento infame*. História e liberdade em Michel Foucault. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992

WHITE, Hayden. O fardo da história. In. _____. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 39-63.